

Carta-resposta ao Sind-REDE/BH

Sobre a educação pública, gratuita, laica e de qualidade

Minas Gerais, setembro de 2026.

À Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte
Sind-REDE/BH

Prezadas senhoras e prezados senhores,

Agradeço o encaminhamento da Carta-Compromisso com a Educação Pública, Gratuita, Laica e de Qualidade e a oportunidade de responder às reivindicações apresentadas para as eleições de 2026. Recebo com respeito a contribuição construída pela entidade a partir das deliberações de seus trabalhadores.

Nosso Plano de Governo coloca a aprendizagem no centro da política educacional. Esse compromisso não existe separado das condições de trabalho de quem ensina nem das condições de vida de quem aprende. Uma escola precisa de profissionais valorizados e de uma organização que permita enfrentar as dificuldades dos estudantes antes que elas se acumulem.

Como candidato ao Governo de Minas Gerais, respondo pelas responsabilidades que pretendo exercer na administração estadual. Reconheço que o Sind-REDE/BH representa trabalhadores da rede municipal de Belo Horizonte. A cooperação com o município será parte de nossa atuação, respeitando sua autonomia e sem apresentar como decisão do governador aquilo que depende da administração municipal, especialmente na organização de suas carreiras e de sua rede escolar.

Apresento meus compromissos na sequência dos sete eixos e dos 22 itens encaminhados pelo Sind-REDE/BH. Parto do Plano de Governo e das posições que já assumi no diálogo com os profissionais da educação. Para cada medida, explico o que assumo e as condições de execução. Planejar os avanços não torna facultativo o cumprimento dos direitos vigentes, assim como acolher uma finalidade não exige aceitar indistintamente todos os instrumentos propostos.

1. Defesa da educação pública e do financiamento

Resposta aos itens 1 a 4

Assumo preservar a responsabilidade pública pela oferta de educação e pelas decisões pedagógicas da rede estadual, com participação da comunidade. O plano prevê currículo claro, materiais adequados e métodos baseados em evidências, com apoio ao professor e avaliações utilizadas para orientar o ensino. A responsabilidade pelos prédios estaduais continuará sendo do Estado; a cooperação municipal não será utilizada para transferi-la às prefeituras.

Assumo priorizar a educação no planejamento estadual e organizar o financiamento necessário às condições de funcionamento das escolas e à valorização profissional. A distribuição dos recursos deverá considerar as desigualdades territoriais e as necessidades de cada unidade. As etapas de ampliação do investimento serão acompanhadas da demonstração dos custos e das fontes, além da verificação de seus resultados para quem aprende e para quem ensina.

Quanto à vinculação de 30% das receitas, não assumo esse percentual sem delimitar sua base de cálculo e demonstrar os efeitos sobre o orçamento e as demais obrigações públicas. Cumprirei as vinculações vigentes e discutirei a ampliação do financiamento com transparência. Uma alteração de percentual precisa de instrumento jurídico adequado e demonstração de sustentabilidade, sem confundir receita total com bases de cálculo de natureza diferente.

Assumo divulgar contratos e pagamentos da educação, fortalecer os mecanismos de controle social e dar publicidade aos resultados das políticas. A comunidade escolar deverá dispor de informações compreensíveis para acompanhar a aplicação dos recursos. Irregularidades serão apuradas, com responsabilização quando cabível e respeito ao devido processo.

Não transferirei ao setor privado funções que afastem do Estado a condução pedagógica, a definição das prioridades ou a responsabilidade pelos resultados da rede. Antes de qualquer expansão de parcerias público-privadas no âmbito escolar, haverá avaliação pública dos custos, das responsabilidades, dos resultados e dos riscos. Obras e serviços de apoio poderão ser contratados quando houver fundamento jurídico, necessidade demonstrada e vantagem para o interesse público.

Não assumo uma proibição indistinta de concessões, parcerias ou transferências legalmente admitidas. Tampouco anuncio privatização da rede ou anulação automática de contratos. Os instrumentos existentes serão examinados e, se houver ilegalidade ou fundamento para sua alteração ou extinção, adotarei as providências cabíveis, com demonstração das consequências financeiras e garantia de continuidade do atendimento.

2. Valorização dos trabalhadores e das carreiras

Resposta aos itens 5 a 8

Assumo a valorização de quem trabalha na educação como uma política de carreira, condições de trabalho, formação e remuneração. O plano prevê concursos regulares, formação continuada, previsibilidade remuneratória e progressão profissional, com fonte orçamentária estável e planejamento plurianual. Na rede estadual, esses compromissos serão executados sob responsabilidade do governo; na rede municipal, orientarão a cooperação, sem substituir a competência de Belo Horizonte.

Assumo cumprir integralmente o Piso Salarial Profissional Nacional nos termos da legislação e das decisões judiciais aplicáveis, com as providências estaduais necessárias. Os direitos de profissionais em exercício, de aposentados e de pensionistas serão respeitados

segundo as regras de cada situação, inclusive a paridade quando devida. Cumprir o piso legal não equivale a prometer automaticamente o valor nacional de referência de 40 horas para uma jornada de 24 horas. Uma ampliação além da obrigação exigível dependerá de definição de alcance e de financiamento próprio, com apuração de seus efeitos sobre a carreira e a previdência.

A recuperação das perdas remuneratórias será discutida com a categoria a partir de dados verificáveis e de uma programação que identifique custo, fonte permanente e prazo. Não prometo um percentual uniforme de recomposição nem a eliminação de todas as perdas em prazo ainda não demonstrado. O objetivo é construir avanços sustentáveis e garantir o pagamento regular do que é devido, sem apresentar intenção como obrigação já financiada.

Reconheço a importância de quem realiza atividades administrativas e de apoio. A qualidade da escola depende de toda a equipe. As necessidades dessas funções integrarão o diálogo sobre valorização e condições de trabalho, sem presumir uma reestruturação já definida de todas as carreiras ou equiparação automática entre cargos distintos. Preservarei os direitos constituídos e não utilizarei alterações de carreira para legitimar redução salarial indevida ou precarização.

Assumo promover formação inicial e continuada gratuita e regionalizada, em articulação com institutos federais e universidades públicas, incluindo a UEMG e a Unimontes. A formação inicial prepara para o exercício profissional; a continuada acompanha o aperfeiçoamento ao longo da carreira e os desafios da sala de aula. Reconhecerei a formação acadêmica e a qualificação profissional nos mecanismos de progressão, conforme as regras aplicáveis, sem substituir direitos por rankings de desempenho ou impor programas às instituições formadoras.

Assumo respeitar, na organização da jornada, o tempo destinado à formação, ao planejamento e às reuniões pedagógicas coletivas. Reorientarei a supervisão para apoiar o ensino e enfrentarei exigências burocráticas sem utilidade demonstrada. A ampliação das equipes e eventuais alterações da jornada serão dimensionadas segundo as necessidades e os regimes aplicáveis, sem anunciar quantitativos uniformes nem determinar mudanças nas carreiras municipais por decisão do governador.

3. Concurso público e enfrentamento à precarização

Resposta aos itens 9 e 10

Assumo realizar concursos regulares para reduzir a dependência de contratos temporários e recompor o quadro efetivo da rede estadual. A programação identificará as necessidades permanentes e as vagas por região, com previsão de lotação e recursos para exercício. Respeitarei os direitos à nomeação e a classificação nos concursos vigentes, sem prometer convocação universal do cadastro de reserva. A cooperação com Belo Horizonte poderá apoiar seu planejamento, preservada a competência municipal para os próprios concursos.

Esse compromisso não significa desvalorizar profissionais temporários. O tipo de vínculo não define sua competência nem reduz a importância do trabalho que realizam. A responsabilidade pela organização do quadro é da administração pública, não de quem foi contratado para manter a escola funcionando.

A transição para um quadro com maior presença de efetivos será planejada para preservar o atendimento e os direitos dos trabalhadores. Não prometo efetivação sem concurso nem encerramento imediato de todos os contratos. As necessidades efetivamente temporárias serão atendidas conforme as hipóteses legais, sem utilizar esse regime para contornar o provimento devido de cargos permanentes.

Enquanto houver serviços terceirizados, fiscalizarei o cumprimento das obrigações contratuais e trabalhistas e defenderei condições dignas de trabalho. Eventual equiparação de remuneração ou de direitos entre vínculos distintos exige fundamento jurídico e avaliação dos respectivos custos. Não a apresento como automática, nem utilizarei a condição de terceirizado para tolerar descumprimentos. Na rede municipal, essa atuação ocorrerá por diálogo e cooperação, respeitada a responsabilidade contratual de cada ente.

4. Inclusão e educação para todas e todos

Resposta aos itens 11 a 14

Assumo fortalecer a educação inclusiva, com formação, organização dos apoios e protocolos de acompanhamento. A atenção aos estudantes com transtorno do espectro autista não exclui as demais necessidades. A rede estadual deverá oferecer apoio efetivo, e a cooperação com os municípios contribuirá para melhorar o atendimento em suas redes.

A inclusão precisa acontecer na sala de aula e melhorar as condições de aprendizagem e participação. Não pode significar apenas matricular o estudante e deixar sua família e os profissionais da escola sem apoio.

A organização do atendimento deverá contemplar acessibilidade arquitetônica, atitudinal, comunicacional e pedagógica, além do Atendimento Educacional Especializado, das Salas de Recursos Multifuncionais e da rede multiprofissional de apoio. O dimensionamento identificará a formação e o número de profissionais necessários, sem fixar uma proporção única para situações diferentes. O provimento das funções permanentes observará as habilitações exigidas e os concursos cabíveis, com condições de execução demonstradas.

Reconheço a especificidade das funções de guia-intérpretes, professores bilíngues e professores de educação especial. A organização do atendimento não pode presumir que funções distintas sejam intercambiáveis. A previsão de mediadores e monitores não será apresentada como resposta suficiente a toda necessidade de educação especial.

Assumo enfrentar o capacitismo, a LGBTfobia, o machismo, o racismo e a xenofobia, além das demais formas de discriminação e violência nas comunidades escolares. Essa orientação concretiza os princípios de diversidade e liberdade do programa, sem exigir adesão partidária de estudantes ou profissionais.

Cumprirei as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 no âmbito das responsabilidades estaduais e apoiarei sua efetivação na cooperação municipal. O plano também prevê levar a cultura e a história de cada região às escolas e valorizar as comunidades tradicionais e os povos indígenas. O direito de aprender deve caminhar com o respeito às pessoas e à diversidade de Minas Gerais.

5. Escola em tempo integral e direito à educação

Resposta aos itens 15 e 16

Defendo a expansão qualificada da educação em tempo integral, acompanhada de alimentação adequada, condições de trabalho, infraestrutura e proposta pedagógica. Mais tempo precisa ampliar as oportunidades de aprender, e não apenas prolongar a permanência no prédio escolar. Os profissionais deverão ter habilitação e condições de exercício compatíveis com suas funções.

A programação da expansão deverá explicitar as metas por território e os recursos necessários ao funcionamento. Não anuncio um percentual de matrículas nem um cronograma de universalização sem esse dimensionamento. O compromisso é organizar a ampliação com qualidade, segundo as necessidades identificadas e as responsabilidades de cada rede.

O programa oferece instrumentos que podem contribuir para essa organização, como a articulação entre educação e proteção social, a formação docente e o fortalecimento das atividades culturais e esportivas. Esses instrumentos precisam funcionar de maneira integrada, sem transformar a ampliação da jornada em sobrecarga para as equipes escolares.

Assumo preservar a continuidade do atendimento na Educação de Jovens e Adultos e ampliar a oferta estadual nas comunidades e regiões com demanda, com busca ativa de quem não concluiu a educação básica. Na cooperação com Belo Horizonte, defenderei a mesma orientação, respeitando suas atribuições. Eventual reorganização das turmas deverá ouvir os interessados e garantir alternativa efetiva de escolarização, sem deixar estudantes sem atendimento.

A EJA deverá oferecer horários compatíveis com os estudantes trabalhadores e com quem exerce responsabilidades de cuidado. Alimentação, apoio pedagógico e transporte serão organizados quando necessários e cabíveis. A ampliação terá previsão de custeio e profissionais; não se limitará à autorização formal de turmas. A continuidade do atendimento não significa impedir toda reorganização, e sim preservar o acesso e a permanência de cada estudante.

6. Gestão democrática e condições de trabalho

Resposta aos itens 17 a 19

Assumo fortalecer a participação de estudantes, famílias e profissionais nas decisões sobre a organização e o projeto pedagógico das escolas, respeitadas as atribuições de cada instância. Assembleias, colegiados e outros espaços de participação deverão ter acesso a informações e receber retorno sobre as propostas apresentadas.

O diálogo com as comunidades escolares e suas entidades não dependerá de concordância política com o governo. A articulação regional aproximará a administração dos territórios, sem criar autoridade acima das prefeituras ou esvaziar seus conselhos. As decisões continuarão sob responsabilidade dos órgãos competentes, com prestação de contas e controle social.

A autonomia profissional precisa conviver com currículo claro e apoio pedagógico. Não se deve abandonar a escola sob o argumento de que ela tem autonomia, assim como não se deve transformar a supervisão em intervenção burocrática que dificulte o trabalho docente. Nosso compromisso é fazer a gestão apoiar a aprendizagem.

Assumo organizar a redução planejada do número de estudantes por turma quando o diagnóstico demonstrar inadequação aos parâmetros de qualidade. A análise considerará a etapa de ensino e as necessidades de acompanhamento, especialmente na inclusão. As mudanças serão acompanhadas de espaços e profissionais suficientes, sem deixar a execução a cargo de uma escola desprovida de recursos.

Não adoto um limite numérico único nem uma ampliação uniforme do quadro para todas as unidades sem dimensionamento. Na rede estadual, o governo responderá pela programação e execução. Em Belo Horizonte, colaborará tecnicamente com o planejamento municipal, respeitando suas decisões e responsabilidades. Também assumo prevenir o assédio e o adoecimento e reduzir a sobrecarga administrativa, com proteção aos profissionais.

7. Liberdade, democracia e direito de aprender

Resposta aos itens 20 a 22

Defendo uma escola democrática, gratuita, inclusiva, laica e pública, livre de censura. Respeitarei a liberdade de cátedra e de consciência, sem perseguição por convicção política ou religiosa. Nenhum estudante ou profissional deverá ser constrangido a aderir à posição do governo para exercer seus direitos.

A liberdade pedagógica deve permitir o trabalho dos educadores e a pluralidade de ideias. Ela não se confunde com ausência de currículo ou de responsabilidade pelo ensino. Da mesma forma, um currículo comum não pode servir de justificativa para censura ou imposição de adesão política.

Sou contrário à militarização das escolas regulares e não implantarei escolas cívico-militares na rede estadual. Sou contrário ao homeschooling como substituição da escolarização e à Escola sem Partido. Defendo a liberdade pedagógica e a pluralidade de ideias. A proteção da comunidade escolar será construída com apoio psicossocial, cooperação das forças de segurança e prevenção, sem transferir a elas a condução pedagógica.

A participação das famílias será valorizada, sem substituir a obrigação pública de oferecer escola. Essa posição não impede o atendimento pedagógico domiciliar ou hospitalar devido por motivo de saúde, com vínculo escolar e acompanhamento preservados, conforme a legislação aplicável.

Preservarei os Colégios Tiradentes e sua identidade, distinguindo-os da conversão da rede regular em escolas cívico-militares. Sua eventual expansão dependerá de capacidade física, orçamento e qualidade de ensino. Preservar essa instituição não significa militarizar as demais escolas, assim como cooperar na segurança não significa entregar a gestão pedagógica às forças policiais.

Defendo a educação como direito social, sem subordinar o trabalho pedagógico a interesses empresariais. Rejeito controles e rankings que ignorem as condições das escolas e dos estudantes ou responsabilizem isoladamente o professor pelas desigualdades da rede. As avaliações deverão identificar dificuldades e orientar o apoio, considerando o contexto de cada comunidade.

Esse compromisso não exclui a avaliação das políticas nem o reconhecimento da formação acadêmica e do desenvolvimento profissional na carreira. O critério é utilizar informações para melhorar o ensino e exigir resultados da gestão, sem converter o desempenho dos estudantes em justificativa automática para punição, retirada de direitos ou competição que agrave desigualdades.

A Comissão Independente de Avaliação e Resultados prevista no plano examinará políticas públicas, sem se confundir com avaliação funcional individual. Seu trabalho deverá permitir saber o que funciona, para quem e em quais condições. A independência protege inclusive a publicação de conclusões desfavoráveis ao próprio governo.

O plano também prevê aproximar instituições públicas de ensino e pesquisa dos desafios regionais, preservando a autonomia universitária e sem subordinação acadêmica. Educação não se reduz à preparação para uma ocupação, e a articulação com oportunidades de trabalho não deve ser tratada como incompatível com uma formação ampla.

Compromisso público e continuidade do diálogo

Reafirmo os compromissos aqui apresentados ao Sind-REDE/BH. Eles poderão ser acompanhados e cobrados nos limites das atribuições estaduais e da cooperação com Belo Horizonte. As ressalvas sobre determinados instrumentos permanecem expressas; esta resposta não equivale a uma assinatura irrestrita do formulário original.

Mantereí diálogo regular com o sindicato sobre as responsabilidades estaduais e a cooperação municipal. Os encaminhamentos terão registro e devolutiva, com identificação de custos, fontes, prazos e responsáveis quando necessários. A negociação das carreiras municipais continuará a cargo do município; o Estado não prometerá por outro ente, nem utilizará essa distinção para se ausentar da cooperação.

A programação de despesas observará a Lei de Responsabilidade Fiscal e as condições aplicáveis ao financiamento estadual. Direitos já constituídos serão cumpridos. As demais ampliações exigirão demonstração de impacto e sustentação ao longo do tempo. Não utilizarei recursos eventuais como se fossem receita permanente. O financiamento da cooperação não será confundido com assumir integralmente as despesas das redes municipais.

O diálogo com trabalhadores e suas entidades não dependerá de concordância política com o governador. Divergências devem ser tratadas com franqueza e respeito. A prestação de contas deverá mostrar o que foi executado e quais dificuldades precisam ser enfrentadas, sem esconder problemas nem apresentar como realizado o que permaneceu apenas no anúncio.

Quero uma escola em que o estudante encontre condições de aprender e o profissional encontre condições de ensinar. Valorizar a educação exige valorizar quem a realiza. E respeitar os trabalhadores exige assumir compromissos claros, que possam ser acompanhados e cumpridos.

Atenciosamente,

Gabriel Azevedo

Candidato ao Governo de Minas Gerais
MDB | 15